

LEI ORDINÁRIA Nº 14.595, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

**ESTABELECE PRINCÍPIOS E  
DIRETRIZES PARA A POLÍTICA  
MUNICIPAL DE NEGÓCIOS DE IMPACTO  
E PARA AS AÇÕES DO MUNICÍPIO  
VOLTADAS PARA O FOMENTO DOS  
NEGÓCIOS DE IMPACTO E  
EMPREENHIMENTOS AFETADOS PELA  
PANDEMIA DE COVID-19.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,**  
FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** A política municipal de negócios de impacto, assim como as ações do Município voltadas para o fomento dos negócios de impacto, atenderão ao disposto nesta lei.

**Art. 2º** Para os efeitos do disposto nesta lei, consideram-se:

I – negócios de impacto as atividades com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro ou econômico positivo de forma sustentável;

II – investimentos de impacto a mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto;

III – organizações intermediárias as instituições que facilitam, conectam e apoiam a relação entre a oferta por parte de investidores, doadores e gestores empreendedores, e a demanda de capital para negócios que geram impacto.

**Art. 3º** A política municipal negócios de impacto será implantada com base nos seguintes princípios:

I – valorização da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

II – desenvolvimento de uma cultura e educação empreendedora;

III – estímulo a um ambiente regulatório favorável à geração de negócios de impacto;

IV – incentivo à participação dos negócios de impacto no mercado;

V – apoio ao relacionamento creditício entre organizações intermediárias e negócios de impacto no Município;

VI – ganho de eficiência e produtividade por meio de investimento em inovação social;

VII – favorecimento de políticas públicas que valorizem as vocações regionais, aspectos culturais que prezem pelo desenvolvimento sustentável das regiões e visem à redução das desigualdades socioeconômicas entre as diversas regiões do Município;

VIII – estímulo ao acesso ao crédito aos negócios de impacto;

IX – recuperação produtiva de empreendimentos que tenham sido impactados negativamente pela pandemia de Covid-19.

**Art. 4º VETADO.**

**Art. 5º** Na implementação das ações voltadas para os negócios de impacto serão observados:

I – o bem-estar da comunidade em que atuam em âmbito local e global, nas áreas de defesa do meio ambiente e do consumidor e da livre concorrência;

II – a valorização dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;

III – os interesses difusos ou coletivos;

IV – a honra, a igualdade de gênero e a dignidade de minorias;

V – o patrimônio público e social;

VI – os interesses dos seus trabalhadores e fornecedores.

**Art. 6º** Podem desenvolver negócios de impacto:

I – pessoas jurídicas de direitos privado com fins lucrativos;

II – cooperativas;

III – organizações não governamentais.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA,**  
Estado da Paraíba, em 13 de setembro de 2022.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO DOE-JP Nº 117/2022,  
de 13 de setembro de 2022.

Autoria: Vereador Bruno Farias

assinatura

